



# CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



À Coordenadoria Legislativa

A/C Angélica Martins Manso.

Ofício Administrativo nº \_\_\_\_\_

Ref: Projeto de Lei nº 132/2025.


Autoria: Ver. Donizete da Farmácia.


Assunto: Declara de utilidade pública municipal o Instituto Quality Assistencial.

## MANIFESTAÇÃO DO DEPARTAMENTO JURÍDICO.

Em atendimento à solicitação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vimos, nos termos do Ato da Presidência nº 21/2018, apresentar, com fulcro nas atribuições funcionais do Departamento Jurídico, a minuta de Ofício constatando impropriedades no Projeto de Lei 132/2025.

Franca, 04 de setembro de 2025.

  
Maria Fernanda Bordini Novato  
Advogada - OAB/SP nº 215.054

  
Taysa Mara Thomazini  
Advogada - OAB/SP n.º 196.722.



Franca, 04 de setembro de 2025.

Assunto: Projeto de Lei nº132/2025.

Ementa: Declara de utilidade pública municipal o Instituto Quality Assistencial.

Autoria: Ver. Donizete da Farmácia.

Exmo. Sr. Vereador;

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação, por seu Presidente, em análise ao Projeto de Lei 132/2025, que “Declara de utilidade pública municipal o Instituto Quality Assistencial”, verificou que não consta dos autos os itens exigidos pela **Lei nº2343/1975: Artigo 1º, 1 - “d” e “f”, 2 - “a”**.

Além do mais o artigo Décimo Quarto do Estatuto, às fls. 08-V é contrária a exigência do artigo 1º, 1 - “f” da Lei 2.343/1975.

Por fim, aguarda-se o Prazo de **10 (dez) dias** para que Vossa Exa. tome as devidas providências

Renovamos protesto de estima e consideração.

---

Ver. Claudinei da Rocha Cordeiro.



Franca/SP, 11 de setembro de 2025.

Ofício nº 41/2025 - Coordenadoria Legislativa

Ao Excelentíssimo Senhor  
Donizete da Farmácia  
D.D Vereador da Câmara Municipal de Franca  
Franca-SP

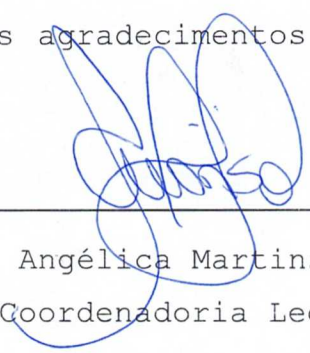
**Assunto:** Projeto de Lei nº 132/2025


Com nossas saudações de respeito e consideração, vimos por meio deste, encaminhar minuta de ofício referente ao Projeto de Lei nº 132/2025, (que dispõe sobre diretrizes de acessibilidade cultural no município de Franca.)

O projeto foi submetido à análise da Comissão de Legislação, Justiça e Redação e que conforme ofício em anexo, conclui-se que declara de utilidade pública municipal o Instituto Quality Assistencial, verificou que não consta dos autos os itens exigidos pela Lei nº 2343/1975: Artigo 1º, 1- "d" e "f", 2 - "a". Além do mais o artigo Décimo Quarto do Estatuto, às fls. 08-V é contrária a exigência do artigo 1º, 1 - "f" da Lei 2.343/1975

Sendo assim, o nobre vereador deverá manifestar-se, nos termos regimentais, no prazo de 10 (dez) dias com as devidas providências.

Antecipamos agradecimentos e enviamos a Vossa Excelência cordiais saudações.

  
\_\_\_\_\_  
Angélica Martins Manso  
Coordenadoria Legislativa

  
12/09/25  
manso EVA